

TERESÓPOLIS

“Hospedagem, Cultura e Lazer” (para quem?)

TERESÓPOLIS
“Accommodation, Culture and Leisure” (for whom?)

Esther Ribeiro Costa Xavier¹

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar a aplicação da metodologia de Compartimentação da Paisagem no desenvolvimento de uma cartografia crítica das unidades de paisagem do município de Teresópolis, Rio de Janeiro. O contraste entre as unidades urbanas e rurais é atribuído ao enfoque dado ao caráter turístico do município e a falta de políticas públicas que atendam a direitos básicos população do campo. A análise multiescalar parte dos critérios desenho da paisagem, estrutura morfológica, conflitos socioambientais, padrões de ocupação e afetividade e territorialidade frente ao que preconiza a Declaração Universal dos Direitos Humanos e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas. Como resultados, são destacados elementos materiais e imateriais que devem ser considerados na formulação de novas legislações urbanísticas, planos de desenvolvimento e intervenção na paisagem do município de forma justa e equânime.

Palavras-chave: compartimentação da paisagem, paisagem rural, agricultura familiar, direitos humanos, Teresópolis.

Abstract

This article aims to present the application of the Landscape Compartmentation methodology in the development of a critical cartography of landscape units in the municipality of Teresópolis, Rio de Janeiro. The contrast between urban and rural units is attributed to the focus given to the tourist character of the municipality and the lack of public policies that meet the basic rights of the rural population. The multiscale analysis is based on the criteria of landscape design, morphological structure, socio-environmental conflicts, patterns of occupation and affectivity and territoriality in relation to the Universal Declaration of Human Rights and the United Nations' Sustainable Development Goals. As a result, material and immaterial elements are highlighted as aspects that must be considered in the formulation of new urban legislation, development plans and intervention in the landscape of the municipality in a fair and equitable way.

Keywords: compartmentation of the landscape, rural landscape, family farming, human rights, Teresópolis.

¹ Mestranda em Arquitetura pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/2020).

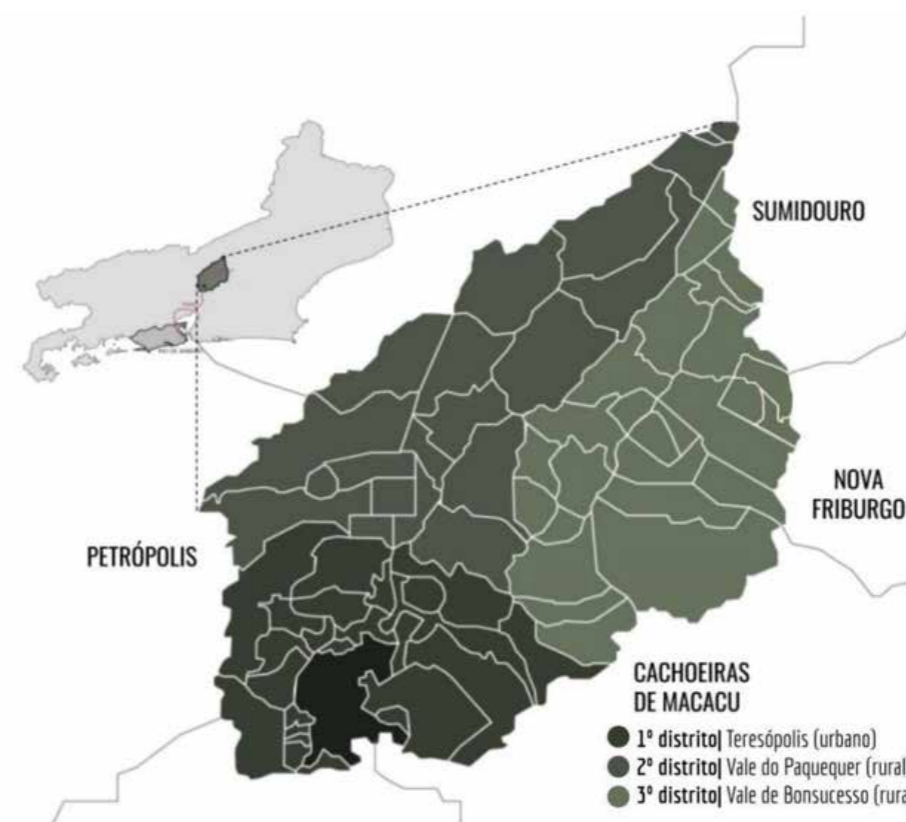


Figura 1 - Distribuição física do município de Teresópolis. Fonte: Elaboração própria, 2019.

Introdução

A realidade da população do campo é um tema pouco abordado no campo da Arquitetura e do Urbanismo, no que diz respeito à falta de políticas públicas e garantia de direitos básicos como educação, saúde, mobilidade, acesso à cultura, lazer e formação profissional.

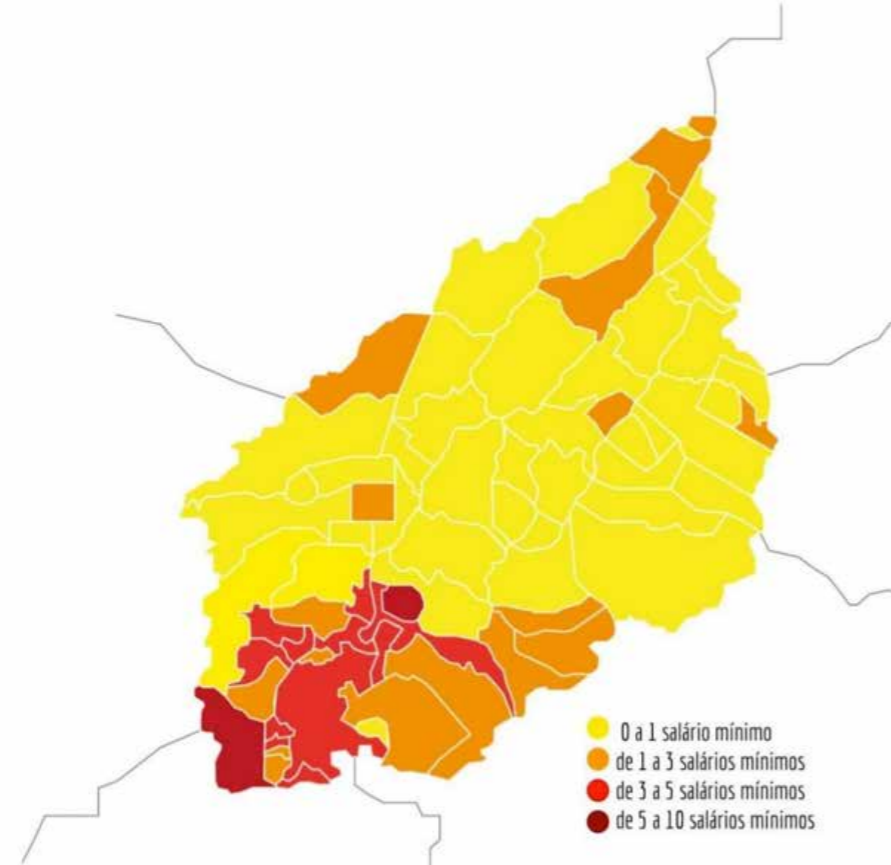
Teresópolis é um município da região serrana do estado do Rio de Janeiro com 163.746 habitantes (IBGE, 2010) e, segundo dados do Censo Agropecuário Brasileiro de 2017 (IBGE, 2017), 26,2% destes residem em zonas rurais. Sua divisão é feita por três distritos: Teresópolis, que é a sede municipal, Vale do Paquequer e Vale de Bonsucesso, distritos rurais (figura 1) que se desenvolvem ao longo das rodovias BR-116 (Rodovia Santos Dumont) e RJ-130 (Rodovia Teresópolis-Friburgo), respectivamente.

A produção dos agricultores familiares de Teresópolis chega à mesa de boa parte da população do Rio de Janeiro, o que movimenta o maior PIB Agropecuário do estado (IBGE, 2017). Apesar de sua importância na economia e na alimentação fluminense, essas famílias de agricultores encontram diversos de seus direitos básicos feridos diariamente.

Segundo a Declaração Universal do Direitos Humanos:

toda pessoa deve gozar dos direitos e liberdades por ela estabelecidos, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (ONU, 1948, p. 4).

O surgimento de um novo paradigma de cidades sustentáveis fez com que a Organização das Nações Unidas desenvolvesse 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no



Brasil, a serem alcançados dentro da Agenda 2030, um compromisso global firmado em 2015 para direcionar ações para os próximos 15 anos em 193 países.

Os objetivos são: 1) erradicação da pobreza; 2) fome zero e agricultura sustentável; 3) saúde e bem-estar; 4) educação de qualidade; 5) igualdade de gênero; 6) água potável e saneamento; 7) energia limpa e acessível; 8) trabalho decente e crescimento econômico; 9) indústria, inovação e infraestrutura; 10) redução das desigualdades; 11) cidades e comunidades sustentáveis; 12) consumo e produção responsáveis; 13) ação contra a mudança global do clima; 14) vida na água; 15) vida terrestre; 16) paz, justiça e instituições eficazes; 17) parcerias e meios de implementação.

Segundo Lepetit (1996, p. 145), há diferentes tempos no desenvolvimento das cidades contemporâneas: “o tecido urbano, o comportamento dos cidadãos, as políticas de planificação urbanística, econômica ou social desenvolvem-se segundo cronologias diferentes”. Portanto, é preciso que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável sirvam como base para a proposta de medidas voltadas aos mais diversos grupos sociais de acordo com seus meios de vida, em especial grupos em situação de vulnerabilidade, como é o caso dos agricultores familiares de Teresópolis.

Este artigo objetiva, com base na metodologia de Compartimentação da Paisagem, cartografar um recorte de grande porte em diversas escalas de análise, fazendo um paralelo entre as áreas urbanas e as áreas rurais de Teresópolis, desde aspectos mais gerais da escala municipal até a microescala. A pesquisa foi desenvolvida como parte da disciplina Arquitetura da Paisagem, no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROARQ-UFRJ), ministrada pela Prof^a. Dr^a. Vera Regina Tângari em colaboração com o Dr. Alex Assunção Lamounier e o Dr. Marcelo Sbarra.

Ao colocar em pauta questões que conformam a paisagem rural — contradições, potencialidades e entraves existentes nestas Unidades de Paisagem —, torna-se possível propor intervenções que impulsionem seu desenvolvimento no âmbito social, econômico, ambiental e institucional, que venham de encontro a questões que ferem seus direitos básicos à saúde, à moradia, à educação, etc.

Referencial Teórico

A agricultura familiar diz respeito à atividade econômica de pequenos produtores que se organizam socialmente em estabelecimentos rurais de pequeno porte para produção alimentar. Segundo dados do Censo Agropecuário Brasileiro de 2017 (IBGE, 2017), 76,8% dos estabelecimentos rurais do Brasil fazem parte da agricultura familiar.

Esse conceito ganhou notoriedade em 1990, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Para Lara Altafin (2007, p. 16) o conceito *agricultura familiar* “é utilizado como um guarda chuva conceitual, que abriga grande número de situações, em contraposição à agricultura patronal, tendo como ponto focal da polarização o tipo de mão-de-obra e de gestão empregadas”.

A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, define como agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural sem deter mais do que 4 módulos fiscais de terras, que sua mão-de-obra seja principalmente familiar, que sua renda provenha predominantemente das atividades agrícolas do próprio estabelecimento e que seja o gestor do seu próprio estabelecimento ou de sua família.

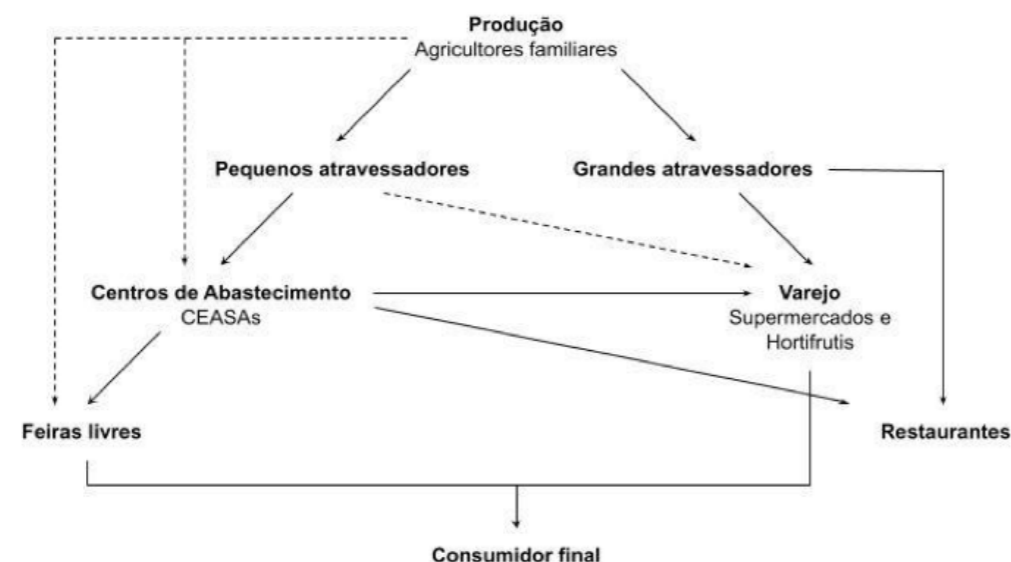
O papel da agricultura familiar na produção alimentar brasileira é indiscutível. Enquanto o agronegócio se concentra em atender aos mercados internacionais de exportação e movimenta bilhões por ano, a agricultura familiar atende aos principais centros de abastecimento do país e sua produção compõe boa parte do que chega à mesa da população brasileira.

Certamente, existe uma grande diferença na escala de produção entre esses dois tipos de produção agrícola. No entanto, a agricultura familiar apresenta participação percentual expressiva em alguns dos principais produtos nacionais, em especial a produção de hortaliças.

O funcionamento da cadeia de produção da agricultura familiar hoje depende da intermediação de atravessadores (figura 3), que são grandes ou pequenas empresas que compram a produção dos agricultores familiares e vendem nas cidades, porém sempre com preços muito baixos. Por falta de estrutura e organização coletiva, os pequenos produtores não veem alternativa a não ser depender deste esquema para escoamento da produção.

O artigo 23 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) preconiza que todo cidadão tem o direito de receber um pagamento justo por seu trabalho e que seja suficiente para arcar com um custo de vida digna à sua família. Ao centralizar o poder de venda, os atravessadores estabelecem relações de exploração econômica no campo que repercutem em padrões de desocupação e influenciam na fixação no campo ou na rejeição do mesmo. Tendo isso em vista, entende-se que as dinâmicas territoriais da agricultura familiar no município de Teresópolis, recorte investigativo da análise, são extremamente excludentes e estão diretamente ligadas ao conceito de *vulnerabilidade*.

Marandola Jr (2011) entende a vulnerabilidade como um processo inerente à constituição dos lugares, portanto incorpora os riscos não só com relação ao contexto geográfico — atributos da paisagem e do ecossistema, aspectos geomorfológicos e hidrológicos, uso e ocupação do solo, organização espacial, e produção do espaço —, mas também à produção social — processos socioeconômicos, dinâmicas demográficas, mobilidade, políticas de saúde, educação e lazer, etc.



Chambers (2006) destaca que a vulnerabilidade é comumente associada a diferentes dimensões de privação, como a fraqueza física, o isolamento, a pobreza e a impotência, no entanto, não é sinônimo dos mesmos. Para o autor, há duas dimensões: a externa, que envolve a exposição de um sujeito a riscos, choques e estresse; e a interna, que diz respeito à impotência, à falta de meios para lidar com perdas.

Ao analisar a paisagem do campo e compreender a situação de vulnerabilidade, é evidente de que não é só uma questão de exposição a riscos — que podem atingir qualquer indivíduo, comunidade ou grupo social —, mas também do fato de que eles não têm os meios suficientes para lidar com esses riscos, fruto de questões intrínsecas às estruturas sociais vigentes e à ineficiência do Estado em atender suas necessidades e direitos básicos. A vulnerabilidade constitui o que pode-se denominar como território de um “dever menor” conceito de Deleuze (1997) associado a relações minoritárias e suas singularidades. Segundo Detoni (2018):

[...] ir ao encontro do território de um dever menor requer estar atento aos processos de subjetivação, aos modos de organização, de articulação, de resistência e de sobrevivência das vidas que pertencem ao território, se apropriam dele, criam-no e reinventam-no diariamente. (DETONI, 2018, p. 65)

Isto posto, o presente trabalho toma como referência o método da cartografia, no qual a produção de dados se dá pelo acompanhamento dos processos humanos (PASSOS, KASTRUP e ESCÓSSIA, 2015). Os critérios de análise adotados lançam bases para que o pesquisador possa captar aspectos singulares de cada território estudado, à medida que situa e contextualiza seu olhar. É preciso compreender os motivos dos processos de produção de tais territórios de um “dever menor” e todos desejos que envolvem sua construção formal e subjetiva, a fim de propor intervenções arquitetônico-urbanísticas efetivas (DETONI, 2018).

Materiais e métodos

A Compartimentação da Paisagem consiste em um método cartográfico que se superpõe às delimitações municipais, definindo Unidades de Paisagem a partir da semelhança de dinâmicas e elementos que compõem a paisagem (SILVA, MANETTI e TÂNGARI, 2013). Os critérios adotados para definição das Unidades de Paisagem do município de Teresópolis ao longo do eixo da Rodovia Teresópolis-Friburgo (RJ-130), objeto de

estudo deste trabalho, foram desenvolvidos pela Prof^a. Dr^a. Vera Regina Tângari em sua pesquisa de pós-doutorado. Em seu artigo *Crêterios de análise aplicados aos espaços livres, à forma e à paisagem urbana: escalas, temporalidades e tipos morfológicos*, de 2014, Tângari discorre sobre o uso destes critérios como estratégia metodológica para identificação de tipos morfológicos que apresentem atributos de qualificação da paisagem.

O primeiro critério de análise é denominado *desenho da paisagem*, que cruza a leitura de elementos do suporte físico – como relevo, presença de corpos hídricos e tipos de vegetação – com as relações de intervenção humana no meio para compreender diferenças nos padrões de ocupação. O segundo critério diz respeito ao cruzamento de elementos formais e processos que constituem a *estrutura morfológica* e os padrões morfológicos existentes, tais como a conformação dos assentamentos com relação à determinada faixa de domínio, seja ela rodoviária, ferroviária ou hidroviária. O terceiro critério trata da *qualidade sócio-ambiental* com base nos impactos da legislação urbanística vigente e as normas de uso e ocupação do solo na modelagem da paisagem, com foco nos impactos negativos que a falta de infraestrutura e assistência do poder público traz para determinadas áreas do município. Já o quarto critério analisa os *padrões culturais* e o processo atual de produção das formas urbanas, a partir de questões relacionadas à estética e à modelização que estão diretamente relacionadas à ação do mercado imobiliário frente ao Plano Diretor municipal.

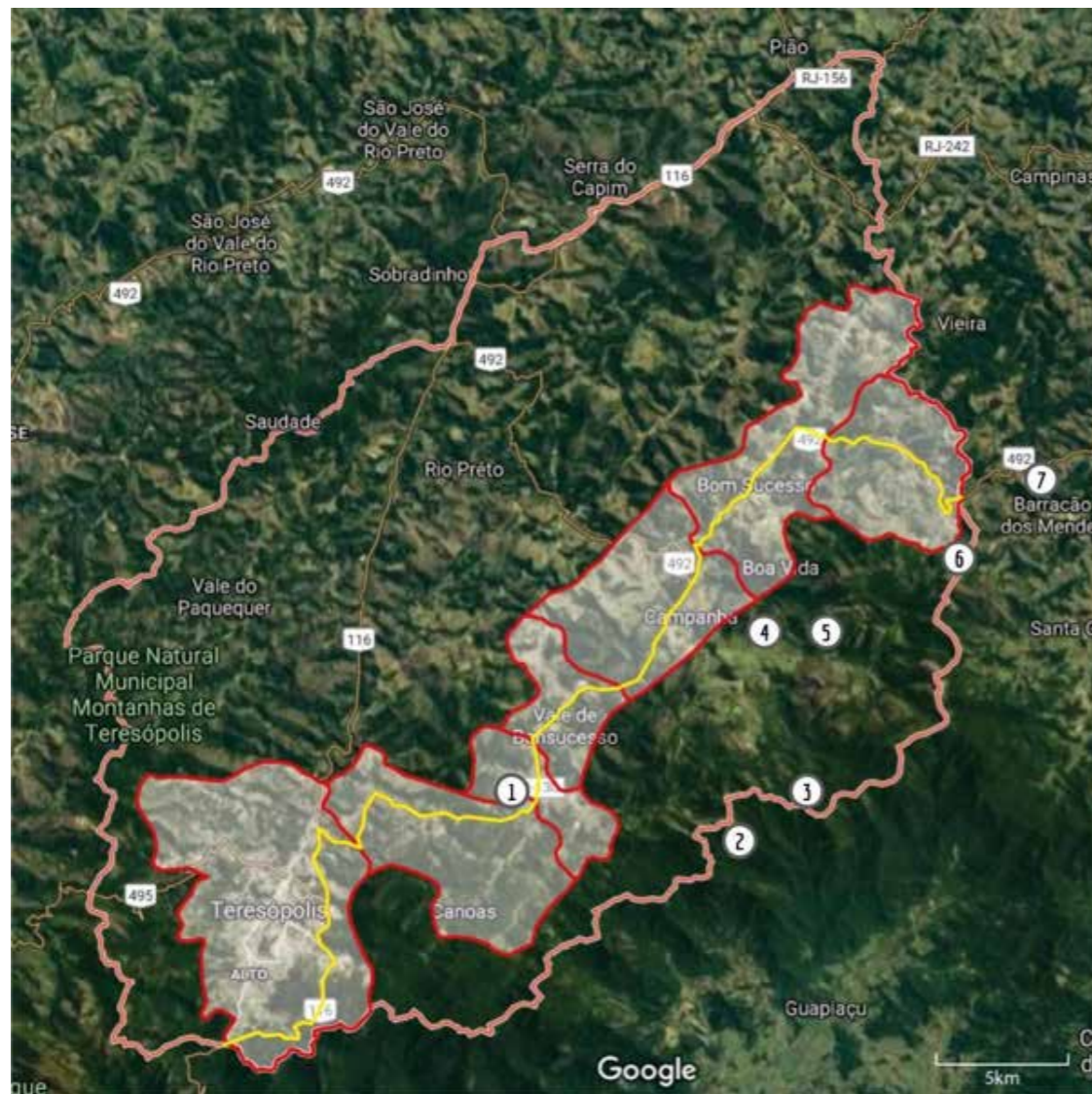
A estes, foi adicionado um quinto critério de análise, denominado *afetividade e territorialidade*, com base na metodologia proposta pelo Prof. Dr. Alex Assunção Lamounier e pela Prof.^a Dr.^a Vera Regina Tângari sobre o tema das Atmosferas de Preferência (LAMOUNIER e TÂNGARI, 2020). Compreender as relações de atratividade e afetividade que permeiam o cotidiano de tais espaços se torna uma etapa essencial em processos participativos de implementação e consolidação de sistemas de espaços livres que se conformem à paisagem e às relações territoriais locais, atendendo às reais demandas da comunidade.

Resultados e discussão

A Compartimentação da Paisagem levou em consideração a RJ-130 (Rodovia Teresópolis-Friburgo) como faixa de domínio, principal via de tráfego de pessoas e de carga do município de Teresópolis, que conecta o distrito urbano aos distritos rurais e conforma a maior parte de seus assentamentos. Foram selecionados 4 recortes espaciais cujos padrões morfológicos evidenciam contrastes da paisagem do município:

- Relação entre o distrito urbano e os distritos rurais: o distrito urbano do município, conhecido como sede municipal, apresenta a maior concentração populacional apesar de ter menor extensão territorial com relação aos distritos rurais, Vale do Paqueta e Vale de Bonsucesso;
- Relação entre ocupações em planícies e ocupações em encostas: a diferenciação entre as ocupações em planícies e em encostas está diretamente relacionada à disponibilidade de áreas de extensão com relação às demandas populacionais e à localização com relação à faixa de domínio;
- Relação entre estruturas radiais e estruturas lineares: as estruturas radiais são características das ocupações de alta densidade nas áreas urbanas e as estruturas lineares são aquelas que se estendem ao longo das vias de tráfego, em especial as centralidades de bairros rurais ao longo da Rodovia Teresópolis-Friburgo;

Figura 4 - Unidades de paisagem. Fonte: Elaboração própria, 2021.



- Relação entre tecidos urbanos consolidados e tecidos urbanos em consolidação: a concentração de subsídios e políticas públicas do município se concentra nas áreas onde há tecidos urbanos consolidados, enquanto as áreas em consolidação não apresentam um sistema de espaços livres adequado às demandas da população.

A partir disso, foram identificadas 7 Unidades de Paisagem: 1) Sede Municipal, 2) Albuquerque e 3) Vargem Grande — unidades urbanas; 4) Venda Nova, 5) Campanha, 6) Bonsucesso e 7) Vieira — unidades rurais (figura 4).

Desenho da paisagem: Suporte físico, intervenção e ocupação

O contraste entre a paisagem rural e a paisagem urbana do município que se dá pelo cruzamento de elementos do suporte físico com as relações de intervenção humana no meio. Observam-se padrões de ocupação urbana de alta densidade nas Unidades de Paisagem urbanas, em um tecido urbano compacto em planícies fluviais, e nas Unidades de Paisagem rurais, padrões de ocupação formados majoritariamente por agricultura, pastagem, florestas e vegetação secundária em estágio inicial, com ocupações em serras escarpadas (RIO DE JANEIRO, 2020).

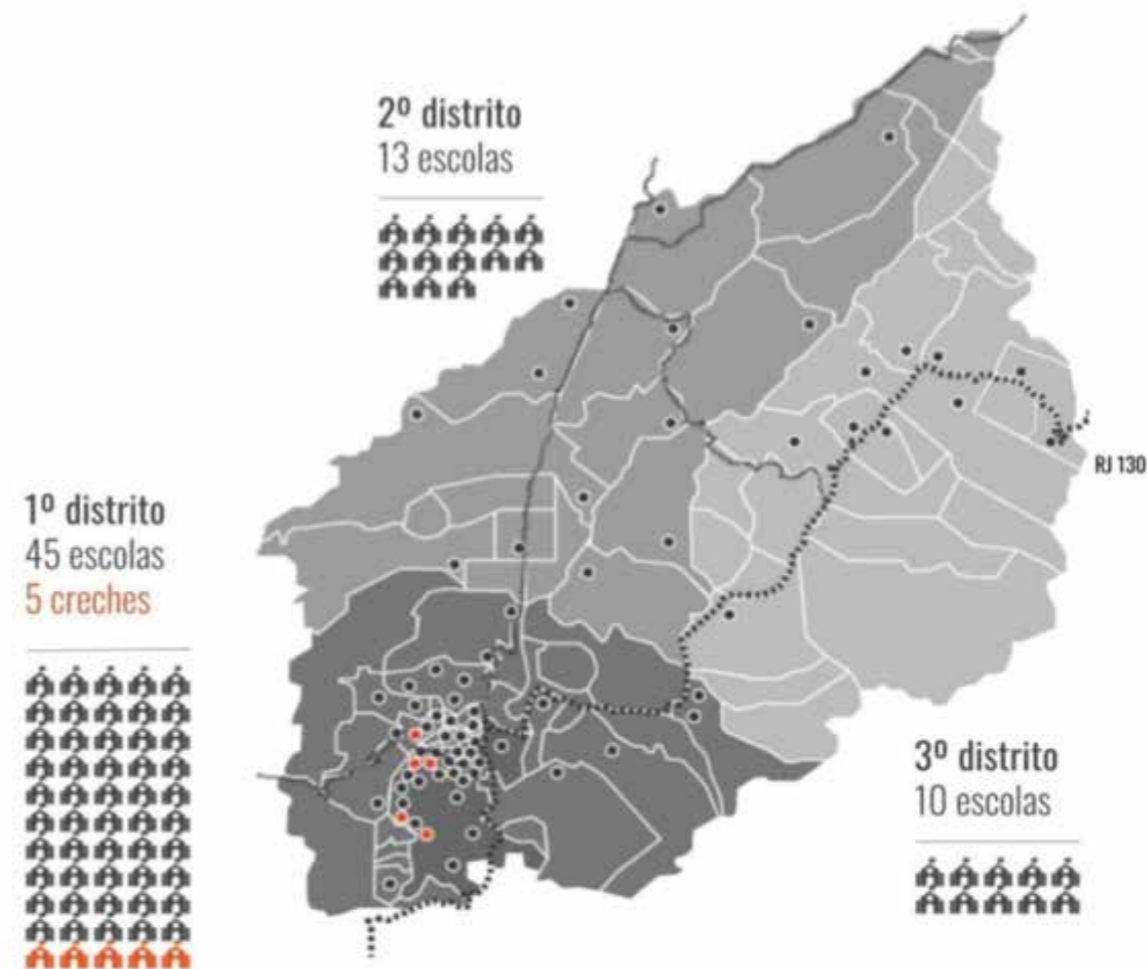


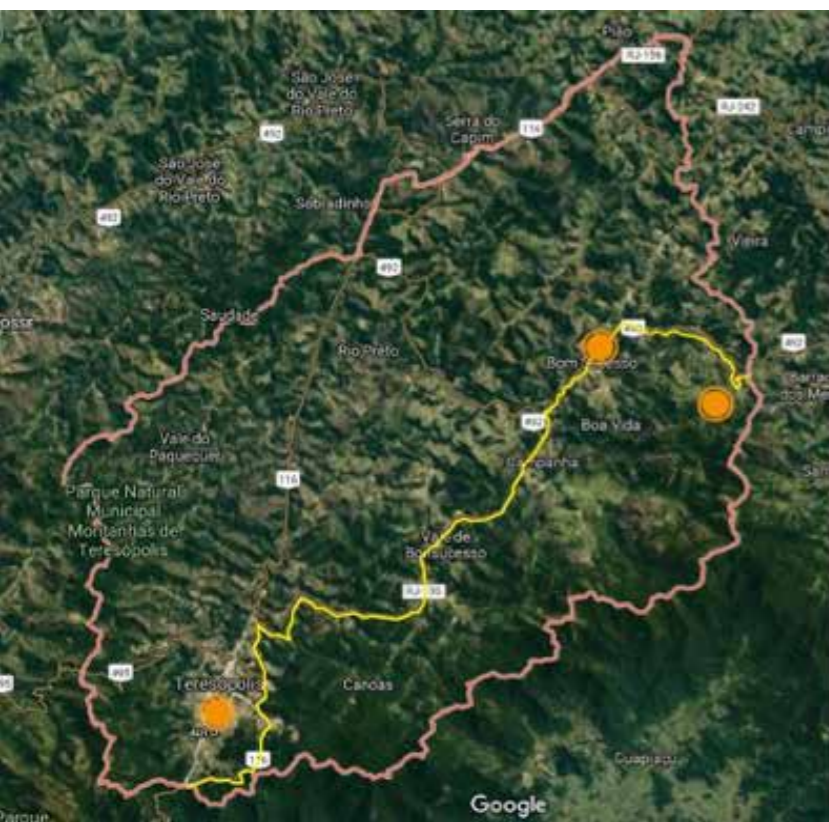
Figura 5 - Distribuição das escolas municipais em Teresópolis. Fonte: Elaboração própria, 2019.

O distanciamento físico entre as Unidades de Paisagem ao longo da Rodovia Teresópolis-Friburgo é reforçado pela desarticulação do transporte público municipal nos bairros fora da centralidade urbana, o que evidencia o contraste entre as Unidades de Paisagem. Há também grande desequilíbrio na distribuição de escolas (figura 5), unidades básicas de saúde e outros equipamentos públicos no município, o que contradiz o artigo 21 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), que preconiza que todos devem ter condições de acessar os equipamentos de serviço público, e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015): saúde e bem estar, educação de qualidade, redução de desigualdades, cidades e comunidades sustentáveis.

Estrutura Morfológica: Elementos formais, processos e estruturação

A formação do relevo da Serra dos Órgãos influencia diretamente na configuração sinuosa do eixo rodoviário da RJ-130 (Rodovia Teresópolis-Friburgo), que por sua vez, está diretamente ligado à conformação de padrões morfológicos dos assentamentos a partir desta faixa de domínio.

Dentre estes padrões morfológicos, que são estruturados pelo encontro de elementos formais com os processos humanos, destaca-se a distinção entre matriz (vias e avenidas em tecidos compactos), corredores (rodovias, vias locais e rios) e fragmentos



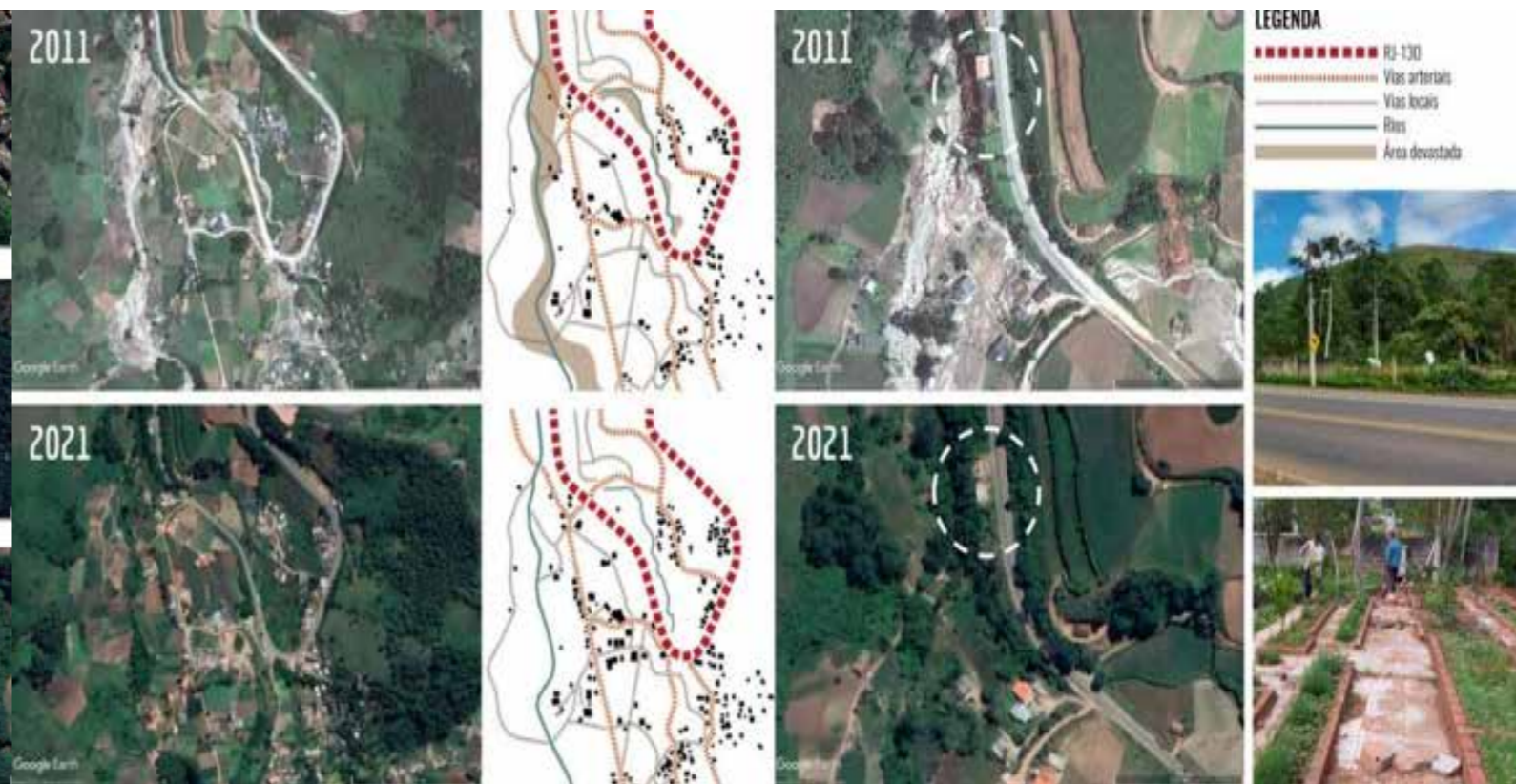
(tecidos dispersos), que podem ser exemplificados respectivamente pela por trechos da Unidade de Paisagem 1 - Sede Municipal, Unidade de Paisagem 6 - Bonsucesso e Unidade de Paisagem - Vieira, respectivamente (conforme figura 6).

Conflitos Socioambientais: Critérios de avaliação e desempenho

As Unidades de Paisagem urbanas apresentam grande concentração populacional, com classes de renda média e média alta, e configuram áreas de alta especulação imobiliária e crescimento exponencial, enquanto as Unidades de Paisagem rurais se dão majoritariamente por vilas rurais não-adensadas, classes de renda baixa e média-baixa, em áreas com potencial, mas falta de incentivos públicos.

A qualidade sócio-ambiental tem base no impacto da legislação urbanística vigente e as normas de uso e ocupação do solo na modelagem da paisagem, o que permite compreender os processos de ocupação existentes e a previsão de ocupações futuras e seus impactos na paisagem e no meio ambiente. De acordo com o Censo Demográfico Rural de 2017 do IBGE, somente 20% da população rural de Teresópolis conta com rede de abastecimento de água, 9% direciona seus dejetos para a rede de esgotamento sanitário e 70% têm seu lixo coletado por serviço de limpeza, mesmo que de forma precária em um local específico.

O descarte inadequado de resíduos por conta da precariedade na coleta de lixo configura um dos principais problemas ambientais dos bairros rurais do município, o que faz com que muitos despejem os resíduos em rios, enterrem ou queimem nas suas propriedades. Entre os meses de agosto e setembro, há também incidência de fogo natural por conta da vegetação desidratada devido à estiagem associada ao efeito do vento, que atua como fator de alastramento.



Padrões de Ocupação: Estética, apropriação e modelização

O Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Teresópolis, disposto na Lei Complementar nº 79, de 20 de outubro de 2006, tem por objetivos: a valorização e preservação dos recursos naturais, o fortalecimento da vocação do lugar, a ordenação do território e compatibilização sustentável de atividades urbanas e rurais, a ordenação do espaço urbano sem prejuízo à paisagem natural, a promoção da inclusão social e a valorização da identidade cultural e do patrimônio histórico-cultural.

No entanto, o estabelecimento de padrões culturais e o processo atual de produção das formas urbanas a partir de questões relacionadas à estética e à apropriação, prioriza a ação do mercado imobiliário em determinadas áreas da cidade enquanto outras têm expansão desassistida, marcada pela autoconstrução informal.

Nos últimos anos, houve um crescimento vertiginoso do número de condomínios residenciais fechados nas Unidades de Paisagem urbanas, em especial a UP2 - Albuquerque. Estes modelos impostos pelo mercado imobiliário de alto padrão repercutem numa tendência de supressão de áreas verdes ao longo da rodovia para implementação desses empreendimentos.

Afetividade e Territorialidade: Locais de presenças, ausências, dores, lutos e esquecimentos

Bonsucesso e Vieira (UPs 6 e 7) são bairros rurais que foram extremamente devastados nas enchentes e deslizamentos de terra que assolaram a região serrana no início de 2011. Esses eventos provocaram muitas mortes e muitas famílias ficaram desalojadas, além dos danos ambientais nas plantações às margens dos cursos d'água, onde houve forte erosão e acúmulo de sedimentos (figura 7).

Apesar do destaque que o local recebeu na época da tragédia, ainda se manteve no esquecimento de políticas públicas. A ausência de indicações de pontos de interesse agrícolas nas placas de sinalização da RJ-130 representa a invisibilidade dessa paisagem pelo poder público. Uma forma encontrada pelos moradores locais para ganhar notoriedade em meio à velocidade da rodovia é ocupar as suas margens construindo pontos de venda de seus produtos.

Além disso, a ineficiência do poder público na implementação de espaços públicos de qualidade nas unidades de paisagem rurais faz com que a própria população tenha que buscar alternativas a espaços de socialização, cultura e lazer. Isto contraria o que é preconizado pelo artigo 27 da Declaração Universal de Direitos Humanos (ONU, 1948): que todos devem ter liberdade para usufruir de expressões artísticas e todo tipo de atividades culturais e científicas de sua comunidade.

Síntese

Ao analisar cada uma das escalas com relação aos critérios definidos, se obtém um panorama dos contrastes entre as unidades de paisagem urbanas e rurais do município de Teresópolis, conforme síntese do Quadro 1. O distrito urbano é marcado por ocupações de alta densidade, vias e avenidas em tecidos compactos, e legislação urbanística segundo o Plano Diretor do município, enquanto os distritos rurais são majoritariamente ocupados por agricultura, pastagens e florestas, estruturados a partir de corredores (rodovias, vias locais e rios) ou de forma fragmentada. Há também sérias questões relacionadas à inação ambiental, expansão desassistida e autoconstrução informal, além de ser cenário de relações de exploração no trabalho agrícola que geram padrões de desocupação e influenciam na fixação do campo.

As ocupações urbanas formam um tecido compacto, em grande parte em planícies fluviais, áreas estas que são de alta especulação imobiliária e crescimento exponencial, seguindo modelos impostos pelo mercado imobiliário de alto padrão. Já as ocupações em encostas se conformam à Serra dos Órgãos, assim como a sinuosidade do eixo rodoviário da RJ-130. Ao percorrer a rodovia, chegando à parte rural do município, encontram-se unidades de paisagem com grande potencial, mas com falta de incentivos públicos, como as áreas que foram afetadas na tragédia de 2011, com casas perdidas e terrenos interditados em encostas de alta declividade e margens de rios.

As estruturas radiais de uma matriz urbana projetada se confrontam às estruturas lineares que se formam a partir da faixa de domínio da rodovia. Nos bairros fora da centralidade urbana, observa-se grande desarticulação do transporte público e falta de infraestrutura viária neste que é o principal eixo de escoamento da produção agrícola do município. Ao longo da rodovia, observa-se uma forte tendência de supressão de áreas verdes para implementação de empreendimentos imobiliários e, pela falta de incentivos e sinalizações adequadas, muitos pontos de interesse que formam a paisagem rural do municípios são invisibilizados por aqueles que percorrem o turístico Circuito Terê-Fri.

As principais diferenças entre as áreas consolidadas, onde há grande concentração populacional, classes de renda média e média alta, e as áreas em consolidação do município, onde predominam classes de renda baixa e média-baixa em vilas rurais não-adensadas, se apresentam o desequilíbrio na distribuição de escolas, unidades básicas de saúde e outros equipamentos públicos de cultura e lazer. Essas áreas opacas, esquecidas com relação à políticas públicas básicas como iluminação pública, são muitas vezes movidas pelas próprias comunidades locais em implementar os próprios subsídios como ato de resistência.

ESCALAS E PADRÕES DE AVALIAÇÃO - TERESÓPOLIS/RJ					
Recortes espaciais selecionados	DESENHO DA PAISAGEM	ESTRUTURA MORFOLÓGICA	CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS	PADRÕES DE OCUPAÇÃO	AFETIVIDADE E TERRITORIALIDADE
	Suporte físico, intervenção - ocupação	Elementos formais e processos - estruturação	Crítérios de avaliação - desempenho	Estética e apropriação - modelização	Locais de presenças, ausências, dores, lutos e esquecimentos
Distrito urbano x distritos rurais	Ocupação urbana de alta densidade x Agricultura, pastagem, floresta, vegetação secundária em estágio inicial	Matriz: vias e avenidas em tecidos compactos x Corredores: rodovias, vias locais e rios x Fragmentos: tecidos dispersos	Inadequação ambiental: Questões de saneamento e abastecimento de água, coleta e destinação do lixo e incidência de queimadas.	Legislação urbanística segundo Plano Diretor x Expansão desassistida e autoconstrução informal	Relações de exploração no trabalho agrícola que geram padrões de desocupação e influenciam na fixação no campo (ou sua rejeição)
Ocupações em planícies x ocupações em encostas	Tecido urbano compacto em planícies fluviais x Ocupações em serras escarpadas	Eixo rodoviário conformado à sinuosidade do relevo da Serra dos Órgãos	Área de alta especulação imobiliária e crescimento exponencial x Área com potencial, mas com falta de incentivos públicos	Crescimento do número de condomínios residenciais fechados, modelos impostos pelo mercado imobiliário de alto padrão	Casas perdidas e terrenos interditados em encostas de alta declividade e margens de rios são até hoje lembranças da tragédia de 2011.
Estruturas radiais x estruturas lineares	Desarticulação do transporte público municipal nos bairros fora da centralidade urbana	Matriz urbana projetada x Rodovia como faixa de domínio	Falta de infraestrutura viária ao longo da rodovia, que é o principal eixo de escoamento da produção do município	Tendência de supressão de áreas verdes ao longo da rodovia para implementação de empreendimentos imobiliários	A ausência de indicações pontos de interesse agrícolas nas placas da rodovia gera o esquecimento dessa paisagem por quem percorre o Circuito Terê-Fri
Áreas consolidadas x em consolidação	Desequilíbrio na distribuição de escolas, unidades básicas de saúde e outros equipamentos públicos no município	Matriz: tecidos consolidados x Corredores: ocupações lineares x Fragmentos: manchas espraiadas	Grande concentração populacional, classes renda média e média alta x Vilas rurais não-adensadas, classes renda baixa e média-baixa	Áreas iluminadas x áreas opacas: Localidades rurais que sofrem com a falta de iluminação pública	Falta de espaços para cultura e lazer: constituição e manutenção de espaços socialização por parte da própria comunidade

Conclusão: desdobramentos

Com base nesta análise, retornamos ao questionamento inicial: hospedagem, cultura e lazer para quem? Não é para os agricultores familiares nem tampouco para a população que reside nas unidades de paisagem rurais do município. Essa classe trabalhadora, que movimenta o maior PIB agropecuário do estado, está longe de usufruir dos incentivos turísticos que se concentram nos arredores da sede municipal, sendo inclusive negligenciados quanto a políticas públicas básicas.

Os critérios de análise multiescalar da paisagem possibilitam um olhar mais aprofundado ao impacto dos mais diversos elementos, materiais e imateriais, no processo de formação e transformação da paisagem. São estes critérios que devem ser levados em consideração no processo de formulação de novas legislações urbanísticas e planos de intervenção na paisagem do município de forma justa e equânime.

A aplicação destes critérios de avaliação na compreensão dos contrastes entre as paisagens rural e urbana do município de Teresópolis a partir de suas singularidades, desde a escala macro até a escala do cotidiano dá pistas de como o método de Compartimentação da Paisagem pode ser aplicado em outros recortes de análise de forma que o estudo não seja incoerente com relação aos elementos de formação e consolidação de cada paisagem, mas que aborde adequadamente os padrões morfológicos existentes.

Referências

- ALTAFIN, Iara Guimarães. *Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar*. Brasília: CDS/UnB, 2007.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação*

da *Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais*. Brasília, DF, 2006.

CHAMBERS, Robert. *Vulnerability, coping and policy (Editorial Introduction)*. IDS Bulletin, Brighton, vol. 37, n. 4, p. 33-40, 2006.

DETONI, Luana Pavan. *Cidades pequenas: território de um devir menor na contemporaneidade*. 2018. 324p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas.

DELEUZE, Gilles. *Crítica e clínica*. São Paulo: Editora 34, 1997.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010. *Censo Demográfico Brasileiro*. IBGE: Rio de Janeiro, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017. *Censo Agropecuário Brasileiro*. IBGE: Rio de Janeiro, 2017.

LAMOUNIER, Alex Assunção; TÂNGARI, Vera Regina. Atmosferas de preferência em regiões periféricas de conflitos e vulnerabilidade socioambiental: O Sistema de Espaços Livres na 'Faixa de Gaza Carioca' – Manguinhos, Rio de Janeiro-RJ. In: *COLÓQUIO QUAPÁ-SEL*, São Paulo, 2020. Anais do Colóquio QUAPÁ-SEL. São Paulo: FAUUSP, 2020. p. 233.

LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Edusp (2001 [1996]).

MARANDOLA JR, Eduardo. Vulnerabilidade do lugar: construção de um objeto e de uma metodologia em população e ambiente. In: MARANDOLA Jr, E.; HOGAN, D. J. (Org.). *Vulnerabilidade do lugar e riscos na Região Metropolitana de Campinas*. Campinas: Núcleo de Estudos de População / Unicamp, 2011, p. 13-22.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948*. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 15 jul. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2015*. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 15 jul. 2021.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015.

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Ciência e Tecnologia. Fundação Cecierj. *Atlas Escolar: Município de Teresópolis*. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2020.

SILVA, Jonathas Magalhães Pereira; MANETTI, Claudio; TÂNGARI, Vera Regina. Compartimentos e Unidades de Paisagem: método de leitura da paisagem aplicado à Linha férrea. *Paisagem e Ambiente*, São Paulo, v. 31, p. 61-80, 2013.

TÂNGARI, Vera Regina. Critérios de análise aplicados aos espaços livres, à forma e à paisagem urbana: escalas, temporalidades e tipos morfológicos. In: *COLÓQUIO QUAPÁ-SEL*, São Paulo, 2014. Anais do Colóquio QUAPÁ-SEL. São Paulo: FAUUSP, 2014. p. 248.